



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Parecer

COM(2018)746

Proposta de Regulamento do Conselho que altera o Regulamento (UE) n.º 1388/2013 relativo à abertura e ao modo de gestão de contingentes pautais autónomos da União para determinados produtos agrícolas e industriais



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Nos termos dos artigos 6.º e 7.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela lei n.º 21/2012, de 17 de maio, e pela Lei n.º 18/2108, de 2 de maio, que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República das iniciativas da União Europeia, bem como da Metodologia de escrutínio das iniciativas europeias, aprovada em 1 de março de 2016, deu entrada na Assembleia da República a 15 de novembro de 2018, a Proposta de Regulamento do Conselho que altera o Regulamento (UE) n.º 1388/2013 relativo à abertura e ao modo de gestão de contingentes pautais autónomos da União para determinados produtos agrícolas e industriais.

A iniciativa em apreço propõe a abertura de novos contingentes pautais a taxas de direitos zero ou reduzidas, nas quantidades adequadas, de certos produtos agrícolas, químicos e industriais que não são produzidos em quantidade suficiente na União Europeia.

Tendo em consideração o seu objeto, a supra identificada iniciativa foi remetida e analisada pela Comissão de Agricultura e Mar, que atendendo ao seu objetivo, a analisou e decidiu elaborar e aprovar o respetivo relatório.

Considerando que à presente iniciativa europeia não se aplica o princípio da subsidiariedade porque se trata de uma competência exclusiva da União Europeia e é respeitado o princípio da proporcionalidade e considerando que a Comissão de Agricultura e Mar, a Comissão competente em razão da matéria já analisou e já se pronunciou relativamente à presente iniciativa, a Comissão de Assuntos Europeus adota o relatório aprovado na Comissão de Agricultura e Mar, que se anexa ao presente Parecer, dele fazendo parte integrante.

Palácio de S. Bento, 27 de fevereiro de 2019



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Pe A Deputada Autora do Parecer

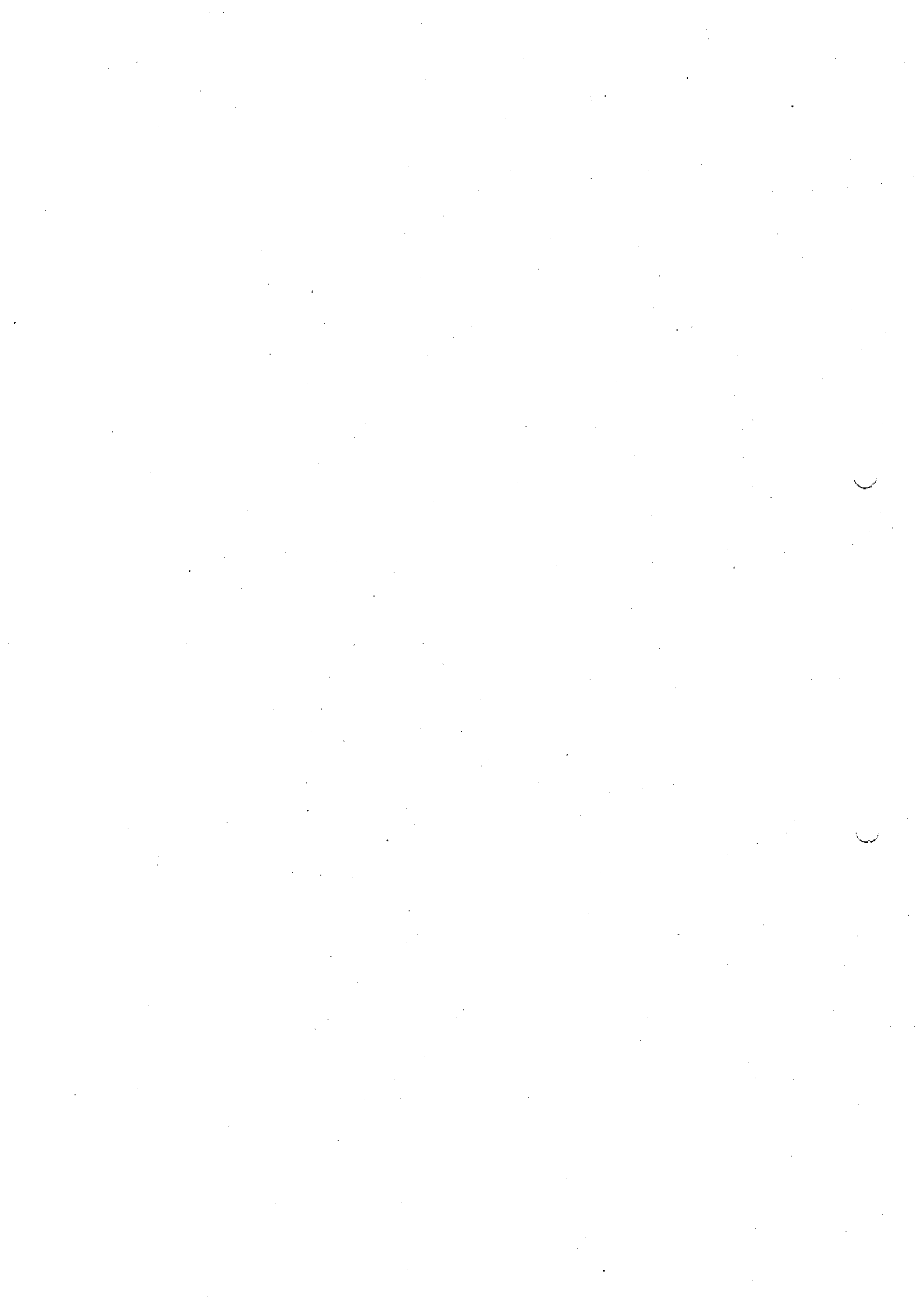
(Paula Santos)

A Presidente da Comissão

(Regina Bastos)

Anexo

Relatório da Comissão de Agricultura e Mar





Comissão de Agricultura e Mar

Relatório da Comissão de Agricultura e Mar
COM (2018) 746

Relatora: Lúcia Araújo Silva
(PS)

COM (2018) 746 Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º1388/2013 relativo à abertura e ao modo de gestão de contingentes pautais autónomos da União para determinados produtos agrícolas e industriais.



Comissão de Agricultura e Mar

ÍNDICE

PARTE I – NOTA INTRODUTÓRIA

PARTE II – CONSIDERANDOS

PARTE III – OPINIÃO DA DEPUTADA RELATORA

PARTE IV – CONCLUSÕES

ANEXO

PARTE I – NOTA INTRODUTÓRIA

Nos termos dos n.os 1, 2 e 3 do artigo 7.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, a iniciativa COM (2018) 746 foi enviada à Comissão de Agricultura e Mar, atento o seu objeto, para efeitos de análise e elaboração do presente relatório.

A Exposição e Motivos que acompanha a apresentação da proposta de Regulamento (UE) n.º 1370/2013 está redigida de uma forma muito sintética pelo que o presente Relatório mantém a sua estrutura quase na íntegra.

PARTE II – CONSIDERANDOS

→ Contexto da Proposta

A iniciativa em escrutínio, COM (2018) 746 Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 1388/2013 relativo à abertura e ao modo de gestão de contingentes pautais autónomos da União para determinados produtos agrícolas e industriais, debruça-se sobre matéria importante para o bom funcionamento do mercado e da produção industrial da União.

Vejamos:

O que acontece quando a produção na União Europeia é insuficiente para responder às necessidades da indústria transformadora?

- É conveniente definir contingentes pautais autónomos para determinados produtos.
- Deverá proceder-se à abertura de contingentes pautais da União a taxas de direitos zero ou reduzidas relativamente a volumes adequados, sem perturbar os mercados desses produtos.

Que procedimentos foram anteriormente adotados?

- Em 17 de dezembro de 2013, o Conselho da União Europeia adotou o Regulamento (UE) n.º 1388/2013 relativo à abertura e ao modo de gestão de contingentes pautais autónomos da União para determinados produtos agrícolas e industriais, de modo a satisfazer a procura a nível da União nas condições mais favoráveis.

Comissão de Agricultura e Mar

- O regulamento é atualizado semestralmente a fim de responder às necessidades da indústria da União.

Como atuou a Comissão?

A Comissão, assistida pelo Grupo «Questões Económicas Pautais», procedeu a um exame de todos os pedidos de contingentes pautais autónomos apresentados pelos Estados-Membros.

Na sequência desse exame, a Comissão considera que:

- Justifica-se a abertura de contingentes pautais autónomos para alguns novos produtos, atualmente não enumerados no anexo do Regulamento (UE) n.º 1388/2013 do Conselho.
- Em relação a alguns outros produtos, a redação da descrição necessita de ser alterada, devem ser atribuídos novos códigos TARIC, e é necessário acrescentar uma data final, ou tornou-se necessário um aumento do volume do contingente pautal inicial.
- Deve-se retirar da lista os produtos relativamente aos quais o contingente pautal deixou de ser do interesse económico da União.

→ Base Jurídica, Subsidiariedade e Proporcionalidade

➤ Base jurídica

- i. Artigo 31.º, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE).

➤ Subsidiariedade

- i. A proposta é da competência exclusiva da União Europeia. Por consequência o princípio da subsidiariedade não se aplica.

➤ Proporcionalidade

- i. A proposta respeita o princípio da proporcionalidade.

→ Incidência Orçamental

- i. A presente proposta não tem incidência financeira nas despesas, embora a tenha nas receitas. Os direitos aduaneiros não cobrados totalizam cerca de 44,7 milhões de EUR por ano. A incidência nos recursos próprios tradicionais do orçamento é de 35,8 milhões de EUR por ano (ou seja, 80 % do montante total). A ficha financeira legislativa apresenta a incidência orçamental da presente proposta em maior pormenor.

Comissão de Agricultura e Mar

- ii. A perda de receitas sob a forma de recursos próprios tradicionais será compensada pelas contribuições dos Estados-Membros baseadas no rendimento nacional bruto (RNB).

PARTE III – OPINIÃO DA DEPUTADA RELATORA

A deputada autora do presente Relatório exime-se, nesta sede, de manifestar a sua opinião sobre a iniciativa em análise.

PARTE IV – CONCLUSÕES

Em face do exposto, a Comissão Agricultura e Mar conclui o seguinte:

1. A Proposta de Regulamento do Conselho COM (2018) 746 é da competência exclusiva da União pelo que o princípio da subsidiariedade não se aplica.
2. A Proposta de Regulamento do Conselho COM (2018) 746 respeita o princípio da proporcionalidade.
3. Atendendo à matéria em causa dever-se-á acompanhar os desenvolvimentos futuros da proposta de Regulamento.
4. A Comissão de Agricultura e Mar dá por concluído o escrutínio da presente iniciativa, devendo o presente relatório, nos termos da Lei nº 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei nº 21/2012, de 17 de maio, ser remetido à Comissão de Assuntos Europeus para os devidos efeitos.

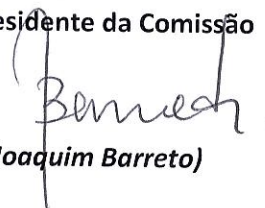
Palácio de S. Bento, 15 de janeiro de 2019

A Deputada Relatora



(Lúcia Araújo Silva)

O Presidente da Comissão



(Joaquim Barreto)

